

# O SENTIDO DA VIDA

João Geraldo Machado Bellocchio  
Padre

A primeira pergunta que o homem dirige a si mesmo é sobre quem é ele, qual o senso da sua vida, qual o fim e o valor da própria vida. Com este questionamento, ele descobre que a vida não foi uma escolha sua, mas que ela lhe foi dada. É a partir dessa reflexão que vem a primeira questão: *de onde venho?* A segunda será uma projeção de si para o futuro: *para onde vou?* Nesta tensão entre a vida dada e o futuro possível, a pessoa experimenta uma limitação do seu próprio ser e dos seus atos. Como no homem existe uma ilimitada expectativa de esperança e de contínua necessidade de superar-se, surge à terceira pergunta: *que coisa devo fazer?* Ou em paralelo: *que coisa posso esperar?* Qual o meu destino?

Esses interrogativos são decisivos na realização do homem, pois se referem à sua origem, fim, passado, presente, futuro, senso, significado e valor de tudo: pessoa, coisa, humanidade, universo inteiro. Na verdade, perguntar a si próprio se a vida tem um sentido significa perguntar se em si existe uma estrutura ontológica que lhe dê condições inteligível, compreensível, dotada de uma finalidade. A esta altura, os questionamentos virão de forma mais íntima e direta: *Quem sou eu? Que sentido tem a minha vida?* O problema do senso da vida é a estrutura ontológica permanente, presente no mesmo ato da nossa existência, que existe em cada homem e que não pode ser destruído. Esse questionamento sobre si não exige apenas inteligência e razão, mas envolve a vontade, liberdade, responsabilidade e sensibilidade. Desde a antiguidade até a modernidade clássica, a primeira resposta é cercada, ante de tudo, pelo real intramundano: mundo, história e humanidade. O mundo aparece como uma realidade anterior em que o homem é apenas um processo evolutivo da matéria.

O problema aqui é que o mundo não conhece a realidade das coisas, mas o homem não só tem a capacidade de conhecer a realidade do mundo, como a si mesmo também. Isto caracteriza uma diversidade infinita entre eles. O homem é consciente de si e da realidade, enquanto que o mundo não. O homem, servindo-se da sua própria natureza, pode operar livremente sobre ela e modificar a realidade em base ao seu projeto de liberdade e vontade.

Com a sua consciência, liberdade, corporeidade, pode transformar a natureza em outro processo imanente. Com seu trabalho pode transformar, humanizar, fazer progredir o mundo e a si próprio, crescendo também como homem. Com isso, descobre a própria interioridade e subjetividade, que pensa, escolhe, decide e opera. Conhece não somente as coisas externas, mas a si mesmo, como centro unificado e contínuo: sujeito, pessoa, o eu permanente no seu ser, modificado pelos seus atos e ainda capaz de continuar modificando-os, mas não deixando de ser a si próprio.

Esse eu consciente constitui o núcleo essencial da sua existência. A originalidade da consciência consiste na experiência interior, autocompreensiva do sujeito, como sujeito dos seus atos. Como realidade, experiência e conhecimento totalmente interior não é quantitativo nem verificável empiricamente, porque transcende a coordenada do tempo e espaço. Essa inacessibilidade em verificar empiricamente as coisas, impede de explicar a origem, limitando-se somente ao processo da matéria. Somente o elemento liberdade é que torna possível o elemento novo e descontínuo. Isso não diz respeito somente aos atos externos, mas prioritariamente ao eu e a sua suprema interioridade. Outrossim, os atos livres não explicados somente através da liberdade, porque a liberdade para transcender o seu próprio sujeito, evidencia o grande paradoxo do homem que é o seu incessante transcender-se. Existência e liberdade não são criadas por ele e tão pouco se lhe é dado por si, mas o recebe como dom que deve responder (responsabilidade). Por isso a liberdade é indissolúvelmente dada com responsabilidade, mas, *por quem e para quem?* Não pode ser para a natureza e o mundo que são inferiores ao homem. Não pode ser para si ou para outro, pois são seres iguais. A responsabilidade só pode existir para alguém com princípio, transcendente, pessoal, absoluto, superior ao homem.

Esta alteridade é de comunhão e não de subordinação. Isto diferencia o homem das coisas. A presença de outro (pessoa) interpela incondicionalmente a liberdade pessoal, porque o eu sai de si mesmo, abrindo-se ao outro, aceitando-o, propõe e pergunta, sem pretender impor qualquer coisa. Somente deste modo se pode reconhecer o valor incondicional e inviolável do outro, como pessoa, ou seja, expressão de amor. A suprema proclamação de valor do outro está na oferta da própria vida para salvar o outro. Como autotranscendência, essa é mais pura e elevada atuação da liberdade. Este é o vínculo ontológico que une solidariamente cada homem na humanidade.

O princípio e o fim da liberdade humana coincidem na idêntica realidade transcendente. O fundamento último, princípio e centro comum das relações interpessoais da solidariedade comum, não deve ser outro que não o amor originário, absoluto, transcendente, pessoal e livre, ou seja, Deus. É a abertura do homem à Revelação.

Outro problema, anterior ainda a esta questão, é a interrupção da vida, destruição do projeto e do futuro do homem, que se dá através da morte. Essa reduz a vida a um simplesmente viver-morrer. Contradiz a vida como essencial querer-viver, como viver de e para o futuro e como projetar-se adiante. A morte é a negação absoluta e certa. É uma contingência insuperável. A experiência desse não-viver, do nada, do aniquilamento, próprio da morte, faz com que a vida do homem se torne enigmática. O homem deixa de ser a si próprio. A angústia do não viver contrasta o fundamental desejo de viver. Surge aqui o problema da "qualidade da vida". Mas qual vida? O lento e inexorável fluir da morte absurda? O dilema é entre o aniquilamento definitivo ou nova vida.

Mas se a morte é o verdadeiro aniquilamento do homem, a vida torna-se um absurdo definitivo e total. A falta de senso é absoluta e insanável. Por isso que, a esperança, depois da morte, é o tema verdadeiramente significativo, que não pode fundamentar-se sobre nenhuma realidade mundana ou histórica, mas somente no transcendente. O homem não pode dispor em absoluto, mas pode se aproximar, se abandonar, invocar. Não há alternativa: ou esperar uma vida após a morte ou fechar-se neste mundo sem esperança. Por isso, a esperança depois da morte representa não só o referimento significativo, mas a mesma estrutura constitutiva do homem. Ela deve se fundar e uma realidade autêntica, transcendente e absoluta, da qual nenhum dispõe e que a linguagem humana e religiosa chama de Deus.